

## A NOITE DAS MÃES<sup>1</sup>

*Cristina T. Ribas & outras anônimas<sup>2</sup>*

**Resumo:** É na noite que nós mães conseguimos tempo para algumas coisas, por isso é preciso fazer este tempo durar. Esta noite, neste texto, se torna o espaço no qual se demanda politizar o aborto, sua legalização como direito de decidir e a descriminalização de mulheres, meninas e pessoas que abortam. O conservadorismo avança, mas avança também a luta e a solidariedade entre territorialidades, espiritualidades e formas de organização distintas de modo que se possa cada vez mais reconhecer os direitos das corpos que gestam – e abortam. Nessa noite eu quero olhar para mim, mas também quero entrar nela para falar com todas.

**Palavras-chave:** legalização do aborto; reprodução; crime; justiça reprodutiva; escrita situada

## LA NOCHE DE LAS MADRES

**Resumen:** Es por la noche que las madres encontramos tiempo para ciertas cosas, por eso necesitamos que este tiempo perdure. Esta noche, en este texto, se convierte en el espacio en el que exigimos la politización del aborto, su legalización como derecho a elegir y la despenalización de las mujeres, las niñas y las personas que abortan. El conservadurismo avanza, pero también lo hace la lucha y la solidaridad entre diferentes territorios, espiritualidades y formas de organización, para que los derechos de los cuerpos que gestan —y abortan— sean cada vez más reconocidos. En esta noche quiero mirarme a mí misma, pero también quiero entrar en ella para hablar con todas.

**Palabras clave:** legalización del aborto; reproducción; delito; justicia reproductiva; escritura situada

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito no início de 2021, revisado e atualizado até o momento de sua publicação de forma que se possa acompanhar o contexto político da luta pela descriminalização das mulheres, meninas e pessoas que abortam.

<sup>2</sup> Cristina T. Ribas atua como artista, pesquisadora, professora. Professora Adjunta no Departamento de Artes Visuais e do PPGART, Centro de Artes e Letras (UFSC). Integra a rede de pesquisadores Conceptualismos del Sur; co-líder do Grupo de Estudos Epistemologias Afetivas Feministas; integra a associação i-motirão. Porto Alegre, RS, Brasil. Organiza projetos interdisciplinares entre as artes, a psicologia social, as práticas feministas e práticas de conhecimento livre, e mais recentemente agenciando saberes e práticas dos povos originários. Gosta de escrever também em forma de prosa e poesia. Pesquisa teatro de improvisação, cartografias, análise institucional e estudos da subjetividade em relação à processualidade da criação. <http://lattes.cnpq.br/3130365177754226>. <http://orcid.org/0000-0001-6856-1937>. [cristina.ribas@ufsm.br](mailto:cristina.ribas@ufsm.br)

## MOTHERS' NIGHT

Abstract: It is in the night that we, the moms, most often find time for some things, so it is necessary to make this time last. This night, in this text, becomes the space to demand the politicization of abortion, its legalization as a right to decide and the decriminalization of women, girls and people who abort. Conservatism advances, but also advances struggle and solidarity between territorialities, spiritualities and different forms of organization so that it is increasingly possible to recognize the rights of those who get pregnant – and interrupt. In this night I want to look after myself, but I also want to enter the night to talk to everyone.

**Keywords:** legalization of abortion; reproduction; crime; reproductive justice; situated writing

Aquele silêncio da dúvida. Há tantas coisas que eu não consigo alcançar. Silêncio interno, quase como surdez. Ou mutismo. Ou uma dor, guardada, em palavras que não se pode dizer. Assim foi a primeira vez que engravidei. Eu não conseguia dizer para mim, muito menos para a amiga para quem telefonei - de Belo Horizonte para Porto Alegre. Tudo era longe demais. Experiência longe do meu próprio corpo. Mas ao mesmo tempo tão perto, bem dentro. O atraso, o desconforto, tudo era desconhecido ainda. O corpo inchado, os enjoos. Olhando para trás, ralento no texto que procura um espaço de acontecimento para esse primeiro abortamento. Na primeira gravidez, aos vinte e três anos, não queria parir.

Mergulho no intervalo largo que separa os anos dos primeiros e os anos dos últimos abortos. São pouco mais de dez anos. Ao escrever este texto decido entrar, mais uma vez, na deriva dessas memórias. Sempre quis escrever sobre as quatro experiências de abortamento, e parece que chegou a hora. Mas é apenas na noite que nós mães conseguimos tempo para algumas coisas. Na noite que é também contra-turno do trabalho e do trabalho reprodutivo, onde também encontramos o desejo, o espaço para a sexualidade, para sustentar a escuridão e a temporalidade da noite, para que tanto possa durar. Na noite eu encontro o tempo de mergulho para sacudir aquilo de que falei aos pedaços, aqui e ali, e para expor o que sinto que precisa ser dito para que se possa politizar o aborto e para que se possa demandar sua legalização como direito de decidir.<sup>3</sup> Pode ser que para as mulheres e mulheres-mães<sup>4</sup> que abortam o silêncio sobre o abortamento seja uma espécie de noite que projeta ou esconde aquilo que tem que ficar desconhecido (e ainda mais para as meninas, forçadas a parir ou banidas do aborto legal<sup>5</sup>). Talvez porque há coisas que só podem aparecer na noite, nessa noite eu quero olhar para mim, mas também entrar nela para falar com todas – e todes.

O dia a dia, tensionado pelo produtivo, empurra para a noite o espaço da elaboração e da partilha. A noite não quer afirmar, contudo, o espaço já relegado ao invisibilizado ou ao silenciado das experiências de abortamento. Essa noite é coletiva, e tantas coisas acontecem na noite das mães. Deve ser por isso que eu sinto que escrever precisa acolher cada experiência, sem emitir qualquer

---

<sup>3</sup> Nota da autora (N.A): No Brasil, desde 1940, o aborto é legal no caso de estupro ou abuso, feto anencéfalo e risco de vida para a gestante. Contemporaneamente a interpretação da lei de que meninas abaixo de 14 anos configura risco de saúde e a classificação como “estupro de vulnerável” amplia o direito. Interromper uma gestação não desejada, de maneira voluntária não é, portanto, permitido.

<sup>4</sup> N.A: 67% das mulheres que abortam já são mães. Estatísticas apresentadas no relatório *Aborto: por que precisamos descriminalizar?*, Instituto Anis, Agosto de 2018.

<sup>5</sup> N.A: A resolução 258 do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), garante atendimento humanizado e acesso ao aborto legal para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, como está na lei desde 1940. Segundo a resolução, não há limite de semanas para a realização do procedimento, não há necessidade de registro em delegacia nem pais ou responsáveis precisam ter consentimento. A campanha Criança não é mãe é uma articulação de diversas organizações e fóruns que defende a resolução do Conanda. Estatísticas apontam que em 2023 apenas 154 abortos legais de meninas aconteceram no Brasil, enquanto que 14 mil entre 10 a 14 anos tiveram filhos.

juízo ou moral, de forma que escrever seja também demandar sobre o que foi feito desconhecido, bloqueado, não discutido: o direito a escolher ser ou não ser mãe; quando ser mãe; sob que condições; o atravessamento das classes sociais na maternidade, e tanto mais. Breve pausa: “Quais são, afinal, as condições para ser mãe?”



Figura 1. Sem título [Diagramas aborto – salud publica]. Desenho em canetinha hidrocor e alteração digital de fotografia, 21 x 29cm, Cristina Ribas, 2021-2026. Fonte: Acervo da autora.

Noite adentro, busco criar espaço ao redor do abortamento chamando junto os direitos reprodutivos, catando, mesmo que aos fragmentos de tempo, narrativas, sensações e memórias na complexidade política dessa experiência. Na experiência de politizar o aborto. Na pesquisa de entender como narrar o aborto muitas formas se apresentam - ou querem dizer.

### Primeira deriva

*Perdi uma coisa muito pequena, com um pouco de brilho. Há tempo eu não vasculhava por algo tão pequeno, mas que não queria perder. Um brinco prata, com um pedaço de concha azul. Não sei onde ele caiu ou quando desatarrachou da minha orelha. Então sacudi o pensamento e na memória da rotina me dei conta que foi quando ajustei o elástico da máscara. Em busca do brinco, saí pelas ruas vasculhando o chão, olhando para cada coisa pequena que fosse saliente, que saltasse diferente do solo por onde eu pisava. Não sabia se procurava mais pelo azul (corte de concha) ou pelo prata, que agarrava a concha. Então atinei num modo de atenção para as coisas micro. Para cada manifestação. Meu olho não pode perder um centímetro do solo. E se perder? E se a varredura falhar? Quarteirão após quarteirão não encontro o brinco. Lá da rua, aquela sensação de atenção a coisas diminutas me trouxe para esse texto. De novo.*

Nessas noites cultivo um prazer, afinal, ao escrever surge uma sensação de que uma noite longa se inaugura. Este espaço não está dado. A noite é, para mim, assim como sei que é para outras mulheres, o espaço possível de uma solidão habitada. Investir nessa noite não quer, contrariamente, reproduzir um gênero, unitário. A gravidez e o aborto existem majoritariamente nos corpos de pessoas socialmente reconhecidas como mulheres. E também, evidentemente, em corpos não significados no gênero mulher. Corpos que engravidam, corpos que gestam, corpos que cuidam, corpos que abortam. Neste reclame esta noite quer encontrar também o *outro* gênero, aquele que se polariza nas masculinidades e sua (falta de) responsabilidade-sensibilidade nisso tudo. Há um corpo masculino implicado, mas majoritariamente ausente.<sup>6</sup>

Esta noite tem que ser um espaço seguro. Um espaço de intimidade – com quem se importa, quem sente, quem sofre. Quem vive isso. A noite das mães, é também das mulheres aborteiras, feministas, socorristas e trabalhadoras da saúde, militantes e legisladoras que garantem as condições já legais de abortamento, noite que nelas encontra suporte.<sup>7</sup> Noites que se tornam um momento para pesquisar no corpo aquelas sensações de antes – quando eram novidade, e quando reconhecidas (a outra e a outra gravidez), e como se interrompe aquilo que deve ser interrompido – a impossibilidade de escolha, a gestação não desejada. Compõe com essa noite as maternidades de mulheres negras e indígenas, que vivem na insegurança sobre a vida de seus filhos tidos - e contrasta a maternidade das mulheres brancas e os abortos seguros pagos, contrasta mais ainda a reprodução dos ricos, a ideia de propriedade que se imprime na reprodução.

---

<sup>6</sup> N.A: É preciso sem dúvida apontar para a ausência de pessoas do gênero masculino nas lutas feministas em geral, assim como na defesa do aborto legal. Este texto não aprofunda esse problema, mas não pode passar sem apontar. Fica como pista para a/o leitora procurar sobre “aborto masculino”, e compreender as estatísticas de paternidade não assumida no Brasil.

<sup>7</sup> N.A: Em uma das vitórias das movimentações institucionais pela descriminalização, em 2023 Rosa Weber, então ministra do STF, antes de se aposentar, reabriu a votação da APDF 442, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental busca garantir a descriminalização do aborto no Brasil. Ela foi apresentada pelo PSOL e Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (Anis).



Figura 2. Sem título. Desenho em canetinha hidrocor e tinta e alteração digital de fotografia, 21 cm x 29 cm, Cristina Ribas, 2011-2026. Fonte: Acervo da autora.

No escuro e na noite abro atenção aos detalhes, e às pequenas convulsões. Pesquisar se torna rabiscar entre os ruídos do que ficou marcado e do que se levantou, junto de outras mulheres, para construir letra após letra a delicadeza, a estranheza e o rompante de cada momento. Talvez não seja tão importante o que foi que eu disse de cada aborto que realizei. Nem seja possível inventar uma totalidade. Minha experiência é uma entre milhares, quantas somos afinal? E quero falar-com mulheres que tiveram abortos espontâneos, com mulheres que tentaram filhos e não engravidaram. Será que partilhamos de dores, dúvidas, sensações, certezas?

Sem dúvida, ao falar sobre aborto, essa noite diz de mim, mulher, feminista, mãe; diz de minha sexualidade, da intimidade com meu corpo, das minhas coletividades e das minhas vidas impessoais, íntimas, partilhadas. Mas essa noite tem que dizer mais, tem que anoitecer para todas nós, todes nós.

### **Segunda deriva, com a filha**

Escrevo com minha filha já grande. Escrevo à noite no silêncio depois de dormir um pouco, depois de colocá-la para dormir, depois de conversar um pouco com meu companheiro. É nesses momentos que volto a este texto e onde ele se constrói. Com os olhos marrons bem abertos, procuro no escuro um espaço para acessar essas outras noites, *de las madres*, ou das mulheres que devem mães – nem que seja apenas por um curto tempo – tal como o tempo curto de uma gestação não planejada, ou indesejada. Para falar de aborto não acho que é preciso ser mãe, mas é a partir daqui que me localizo. Também para transversalizar a maternidade: por que são muitas as formas de maternidade, os filhos que não se teve, os desejados e não concebidos, os filhos que vieram porque

quiseram (os que vingaram!), os filhos adotivos, as mães que nunca gestaram - e ainda assim são mães.

Para mim a maternidade de filha parida, maternidade desejada ainda que não planejada, veio na terceira gravidez. Aquela certeza, inteira. Esta filha acolho, desejo, dou mamá e colo. A afirmação “Pariremos com prazer” (tal como aquele livro, de Casilda Rodríguez Bustos) veio junto da avidez de uma defesa. Essa gestação, esse momento, essas condições.<sup>8</sup>

Se a maternidade fica isolada no corpo da mulher como unidade reprodutora, como um evento ‘de sucesso’, e o aborto é tratado socialmente como a ‘negação de querer cuidar’, parece que se tenta afastar esses eventos reprodutivos e criar espaços não permeáveis entre eles. Mas é impossível descolar uma coisa e outra. Escrever junto e com a experiência da maternidade e de filhos não tidos, junto de um debate sobre direitos reprodutivos, infelizmente é uma conexão rara. No olhar genérico, normopático, tanto a gravidez como o aborto oscilam numa balança incerta entre saúde e doença, sendo o abortamento acusado como a causa – por parte dos conservadores – de efeitos negativos na saúde mental das mulheres.<sup>9</sup> Sabemos que a violência estado-patriarcal, contudo, é anterior. A violência de não poder decidir e a violência dos abusos é o que gera marcas, essas sim indelévels, nos percursos de vida, e (re)marcam gênero e dominação (dos corpos das mulheres e meninas).<sup>10</sup> Maternidade e aborto se reúnem na noite das mães, por isso, como espaço de contestação aos poderes que se projetam nas nossas corpos. No Brasil, 2/3 das mulheres que abortam já são mães.<sup>11</sup> O universo de afetos deste texto é, portanto, das gestações (e das maternidades) tidas como *negadas*. Aquelas ainda não cobertas sob as condições presentes, ao menos neste país, de aborto legal. O que deixa explícito algo revoltante - de fato, não se pode publicizar a interrupção voluntária de uma gestação, interdito social de que não se poderia performar a escolha do evento da reprodução, e da maternidade, o que contrapomos com maternidades aborteiras, sim.

---

<sup>8</sup> N.A: Um amigo homossexual me pergunta: quando as feministas e as mães vão falar de não ter filhos? Talvez isto ateste uma confusão generalizada, entre classe e cultura, e a necessidade de recuperarmos formas territorializadas de gestar, parir e cuidar. Na Europa há movimentos organizados para demandar a não reprodução, mas percebo que isso não acontece de um lugar de solidarização à mulheres empobrecidas e seus eventos reprodutivos, ao que o conceito de justiça reprodutiva vem rebater.

<sup>9</sup> N.A: Em 2025 diversos legisladores criaram, em diferentes cidades do Brasil, uma ofensiva contra o direito ao aborto com a invenção de uma “síndrome pós-aborto”, desejando consolidar uma “semana de conscientização” para algo que não é nem reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) nem consta como CID no catálogo de patologias. A suposta síndrome contradiz as estatísticas dos estudos que apontam, com diversas pesquisas, o alívio que meninas, mulheres e pessoas que abortam sentem depois de um aborto bem sucedido.

<sup>10</sup> N.A: Pesquisa do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz Bahia (Fiocruz) indica que em 62,41% dos casos os abusos são perpetrados por pessoas que conhecem a vítima.

<sup>11</sup> N.A: Dados do Instituto Anis, ver nota nº. 2.



Figura 3. Sem título [Fotografia de manifestação em Buenos Aires no contexto da luta pela legalização do aborto, autor desconhecido]. Desenho em tinta e alteração digital de fotografia, 21 cm x 29cm, Cristina Ribas, 2026. Fonte: Acervo da autora.

Aborto: aquela palavra proibida, dolorida, insegura. E, por outro lado, ou melhor – no mesmo corpo - gravidez: transformação, íntima, estrutural. Agora, a dobra entre o extraordinário e o ordinário: todos fomos gestados. Maternidades aborteiras: a chance do desvio, de fazer de outra forma, de brigar contra a determinação da reprodutividade. Nossa capacidade de escolher – um duelo – também sobre como queremos ser mães. Analisar a relação entre reproduzir e maternar. Demandar a possibilidade de escolher cresce à medida que podemos pensar como queremos ser – mães, mulheres, gênero e sexualidade dissidentes das normopatias que nos cerceiam.

Em uma gestação não desejada, não planejada, atropelada... se interpõe uma convulsão de emoções. A sensação, a descoberta, o estranhamento... a decisão, depois a pesquisa, o risco, o tempo de espera até que você possa, até que você consiga fazer um aborto – ilegal, sim, mas seguro. O que pode ser uma longa e dolorosa noite.

### **Interrupção**

Há muitas noites. Há noites tranquilas, há noites violentas. Assim como há muitas formas de engravidar. Muitas derivas do prazer. Temos muitos corpos em um. Ou, nos fazemos muitas corpos. E há estatísticas diferentes, no contraste da dor de cada silenciamento e no perigo de cada abortamento ilegal - mulheres pobres, negras e indígenas abortam mais que mulheres brancas e de classes abastadas, e incorrem em condições mais inseguras de abortamento e maior perigo de criminalização. Diante do impedimento da escolha, contrastam abusos e violências. O controle

sobre nossos corpos, corpos, corpos, sobre nossa capacidade reprodutiva, devém, infelizmente, controle sobre nosso prazer. Bem por isto, a rebeldia feminista produz outros gozos, sexualidades, fluxos – por fora das marcas de uma heterossexualidade compulsória. Cortes, novos nascimentos. Afinal estamos na noite que mistura reprodução e prazer. É preciso fazer espaço, dilatar a noite.

Mergulho na noite como espaço último, porém infinito, no qual se misturam uma entrega e uma imaginação das conversas que eu posso ter com aquelas que, assim como eu, interromperam gestações não planejadas. Em cada gravidez não continuada, uma despedida. Mas, ao mesmo tempo, um rompimento com um senso comum. Um rompimento com a lei e a diretiva moral de que, no evento da gravidez, devemos parir. A luta pela legalização demanda que a escolha sobre parir não seja feita por outros, não seja uma imposição normopática, heteropatriarcal, despótica, mas, sim, um direito de um corpo com útero.<sup>12</sup> Podemos perceber como, contudo, a moralidade que ronda o aborto já legal e o aborto criminalizado é a mesma. O fato de que não é possível socializar a experiência de um abortamento recente gera silenciamentos de toda ordem. Afinal, a criminalização ronda estas experiências. E sabemos como, igualmente, a criminalização leva à insegurança das condições de realização de um aborto seguro – a menos que você tenha recursos e acesso a redes seguras. Conversando com as estatísticas, é preciso insistir que “sobreviver a um evento abortivo não pode mais ser privilégio de classe” (Domenique Goulart)<sup>13</sup>.

Para tocar o silêncio que ronda os abortamentos é preciso interromper, antes, a incapacidade de escolher. É como um trava-língua, aquilo sobre o que não podemos falar, o entrave ao qual estamos submetidas. Interromper o que nos interrompe. É preciso atravessar essa noite.

---

<sup>12</sup> N.A: Como ecoa o movimento feminista, cada criança nascida, dependendo das condições de gestação, não pode ser a repetição de um abuso, como nos casos de estupro, em que o estado abusa duplamente quando cria normativas como a “bolsa estupro”, marcado pelo movimento feminista com as hashtags #estupradornaoepai #criançaãomãe #bolsaestupro.

<sup>13</sup> N.A: Me refiro a um texto de Domenique Goulart “Maré verde feminista e um devir latino-americano” Le Monde Diplomatique, 15/01/2021. Acessível em <[https://diplomatique.org.br/mare-verde-feminista-e-um-devir-latino-americano/#\\_ftnref6](https://diplomatique.org.br/mare-verde-feminista-e-um-devir-latino-americano/#_ftnref6)> .



Figura 4. Sem título [sobre foto de intervenção de Mujeres Creando, “Ni la tierra ni las mujeres somos territorio de conquista”]. Desenho em tinta e alteração digital de fotografia, 21 cm x 29 cm, Cristina T. Ribas, 2026. Fonte: Acervo da autora.

### Terceira deriva, quatro abortamentos

Em mim não foi apenas um aborto. Na primeira vez que engravidei, nos dias eu pedalava e fazia coisas pesadas, para ver se o corpo “se livrava”. Se algo despegava daquelas sensações todas que confirmavam a afirmação temida – “estou grávida” – que não consegui nem murmurar no telefone para a primeira amiga que contei. Ter filhos para mim se media por um desejo de subir montanhas – e eu achava que não podia subir montanhas com crianças. Eu tinha 23 anos, um “rolo” que vinha me visitar em Belo Horizonte, mais um namorado que tinha ido fazer doutorado em outro país. O rolo tinha ejaculação precoce – mas hesitava em colocar camisinha. A gente partilhava o desejo de subir montanhas, eu e ele, mas não tínhamos planejado ter filhos. E naquela equação que eu tinha inventado, ter filho agora iria interromper a possibilidade de subir montanhas, e de seguir o relacionamento com o namorado que tinha ido para outro país. Eu não tinha estabilidade financeira, não queria depender dos meus pais. Eu acompanhava minha irmã mais velha, com seu filho de 2 anos e que já tinha feito um aborto, por isso eu tinha entendido também o que acontecia na dinâmica familiar e queria evitar. Fui a uma clínica em Belo Horizonte, não me senti segura. Extremamente precária. Medo de ter uma infecção, um aborto mal sucedido (todas escutamos rumores). Medo concreto de morrer. Então descobrimos uma clínica no Rio de Janeiro. A namorada do meu cunhado tinha passado pelo mesmo que eu, recentemente. O rolo era estudante de medicina, tinha um dinheiro guardado, pôde pagar. 800,00 reais. Primeiro aborto ilegal. O rolo evoluiu para namoro, que ficou meio marcado por aquele mistério partilhado – um filho/a que não tivemos. Mas nunca mais havíamos falado no assunto.

Na segunda vez que engravidei, na hora do gozo (dele) eu tive a sensação do primeiro aborto. Um pouco mais de um ano depois, ele de novo. Sem camisinha? Ah, e aquela conversa, novamente ele colocaria já já, mas não... o gozo veio antes do planejamento. Mesmo rolo, mas que tinha virado

namoro à distância. A sensação do aborto no momento do gozo era também um misto de violação com algo mais que eu nem sabia. Segunda gravidez não consentida, e eu ainda não havia aprendido algo. Vivíamos em cidades diferentes, de novo, e os encontros eram escassos. Diante do gozo ‘precipitado’ dele e da minha vulnerabilidade: uma revolta imensa. Desejei a maternidade, a descoberta de ter uma criança, mas de novo não me parecia a hora. Percebi que eu queria ter uma filha sozinha, não com ele. Esse não poder escolher me revirava, eu queria poder escolher – inclusive a paternidade. Eu tinha uma liberdade sexual, eu tinha outros encontros, e habitava bem minha individualidade. 24 anos, segundo aborto ilegal.

Na terceira vez, quase dez anos depois, eu desejava um irmão/irmã para minha filha, mas a relação com o companheiro, o lugar onde morávamos, e minha vida profissional não pareciam poder acolher mais uma criança. Eu morava fora do Brasil (Inglaterra) e, diferente dos primeiros dois abortos, esse seria meu primeiro aborto legal. Eu vivia uma relação de casal com o pai da minha filha, mas infeliz. E com grandes defasagens de escuta, de parceria ou sensibilidade. Isolada de amigos, isolada de uma vida acolhida de um modo meu – fosse de me comunicar, fosse de ter prazer. Eram muitos estranhamentos. Ao passo que meu corpo pedia, eu não sentia que poderia acolher mais uma criança. E isso também tinha a ver com redes (escassas) de cuidado em outro país. E eu sabia que não teria energia suficiente – tinha um doutorado em curso. Mas o que era uma escolha (não gestar), também era uma sensação de fracasso. Afinal, eu já tinha parido. Eu “sabia” cuidar e criar. E de certa forma, eu queria poder afirmar aquela condição materna, de novo, *hermanar* a filha. A casa era repleta de brinquedos, roupas de bebê. O aborto legal, contudo, era um outro espaço de acontecimento muito diferente da clandestinidade e palavras meio ditas (ou não ditas) no Brasil. Socializar a dúvida, poder escolher. Abortar na Inglaterra, estar diante de profissionais que falavam de consentimento, era quase surreal. E também uma grande liberdade. Terceiro aborto, e primeiro aborto legal – e gratuito.

Depois de abortar tomei anticoncepcional por algumas semanas, mas tinha dores de cabeça horrendas. Tive que parar de tomar. Nossa vida sexual era um desastre, literalmente, eu nem achava que sexo aconteceria. E nem gozo aconteceu. Não sabemos como engravidei. Por isso mesmo, com a descoberta de mais uma gravidez, bem, aí eu não acreditava, aconteceu 5 meses após o terceiro aborto. Perplexa, eu não entendia como diante da dificuldade de tantas amigas de engravidar eu apresentava uma facilidade quase obscena (anos depois descobri que o útero se torna mais propício para engravidar logo após um aborto). O irreal e absurdo que se apresentou, o evento de que eu teria que novamente abortar, em tão curto espaço de tempo, com uma vida sexual atrapalhada e infeliz, numa relação que já não ia nada bem, abriu uma noite densa e longa. Solidão imensa. Eu precisava afirmar para mim um novo espaço, além de reiterar, dolorosamente, mais uma escolha. Eu demandava tanto sentir-me mais junto de mim, do meu prazer, afinal meu prazer não estava circunscrito àquela relação. Tanta coisa ficou evidente. Um aborto inaugura diversas análises... O desejo em outros lugares, a masturbação como o encontro feliz com a sexualidade – e que não dependente de nenhuma relação amorosa. E então nesse processo também me separei do pai da minha filha. E no mesmo procedimento do quarto abortamento, novamente legal, a clínica oferecia colocar um DIU – dispositivo intra uterino.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> N.A.: No Brasil é possível solicitar a inserção gratuita do DIU no SUS nas UBSs (Unidades básicas de saúde). Trata-se de um método reversível, portanto se a mulher tem desejo de engravidar ela pode retirar o dispositivo.



Figura 5. Sem título [Zona Portuária pra quem? Eike FDP]. Desenho em tinta e alteração digital de fotografia, 21 x 29cm, Cristina Ribas, 2011-2026. Fonte: Acervo da autora.

Abortei como quem vai ao supermercado, imagem irônica de uma sensação estranha de caminhar na rua, afinal eu já havia feito aquele percurso meses atrás, de minha casa até a clínica, e da clínica até minha casa. A clínica de abortamento em Londres ficava apenas a dois ou três largos quarteirões da minha casa. Mas não, isso não fazia do quarto abortamento uma ação frívola. Uma rede de memórias e comparações se abria, em relação aos abortamentos anteriores, e no Brasil. O aborto legal, desconhecido cultural, contrastava com o proibido no Brasil. No segundo, eu já entendia mais que estado de consciência emergia com a escolha por fora da criminalização. Doía, mas eu podia sonhar. E eu podia socialmente assumir o desejo da escolha. Para explicar um pouco: para ter acesso ao aborto eu poderia ser referida pelo médico (saúde da família) ou poderia acessar a clínica diretamente. Fui pelo segundo caminho. Afinal, eu tinha uma ótima relação com o médico de família que nos assistia, e ele ia conhecer meus olhos cheios d'água quando eu lhe contasse. Mesmo sob legalidade, eu entendi que precisava um pouco de anonimato.<sup>15</sup>

A sala de espera da clínica de abortamento expunha quadros grandes com imagens e técnicas de controle de natalidade – entre elas lembro que uma das técnicas era a inserção de rodelas de limão ou laranja na vagina (a acidez age como espermicida), esponjas, ou versões mais arcaicas de DIU de vidro ou mesmo de metal.<sup>16</sup> Técnicas partilhadas por mulheres, a construção histórica de uma autonomia. Até sua instituição. Aborto legal. A segurança com que se realiza um aborto legal e gratuito se aproxima muito mais de um ato de cuidado coletivo, ainda que institucional, claro.

<sup>15</sup> N.A: O texto poderia trazer também as narrativas dos encontros médicos ao longo de todos os anos. A quantidade de vezes que omiti o total de abortos, a reação de profissionais mais ou menos acolhedores, e mesmo a médica ginecologista que me pediu que, em consulta, pedisse perdão aos filhos não tidos: “Você já pediu perdão?”.

<sup>16</sup> N.A: O nome da clínica: Marie Stopes International, MSI Reproductive Choices, South London Treatment Centre, que contém no nome literalmente “decisões reprodutivas”. Copio também o endereço como memória situacional e semiótica dessa vizinhança - 1A Raleigh Gardens, Brixton Hill, London, SW2 1AB.

Naquele país trata-se de uma estratégia de saúde pública. A memória é de uma liberdade consentida, não moralizada ou censurável. Força instituída que considera os corpos das mulheres, das mulheres-mães e das pessoas que gestam na sua complexidade.

#### Quarta deriva, balbucio

Numa ocasião, num circuito de apresentações na universidade ainda fora do Brasil, eu preparei uma fala que era quase um manifesto. Queria falar sobre reprodução social e indagava se era necessário ser mãe para falar sobre isso.<sup>17</sup> Da minha voz saltavam, como balbucio atrapalhado, alguma demanda para discutir o espaço entre maternidade e aborto. E foi do meio desse balbucio em língua estrangeira que me dei conta, em voz alta e para muitas desconhecidas, de que eu queria falar da reprodução como experiência que deslocava a mulher-mãe de um lugar isolado dentro dos feminismos, e que evidenciava o duelo da mulher-mãe com a realidade das demais lutas feministas. É que alguns espaços de feminismo (ou seria naquele momento o espaço acadêmico?), me pareciam negar a existência da maternidade. Sentia uma negação da possibilidade de discutir maternidade. (Talvez porque a maternidade foi apropriada pelos conservadores?) Foi diante desse balbucio, do evento da quarta gravidez não planejada, da maternidade de minha filha parida (naquele momento com 4 anos), em língua estrangeira, e diante da perplexidade sobre todos os silenciamentos que rondam o aborto, que comecei a escrever sobre maternidade, feminismo e também sobre direito ao aborto.<sup>18</sup>

Além da imagem das rodela de laranja, uma amiga brasileira que mora na Inglaterra há muito tempo me ajudou a descolar da experiência individualizada do sofrimento – e daquela sensação de falha, de que “não pari porque não sou suficientemente boa para ser mãe de mais uma criança”. Com amor e com cuidado ela me disse “– Bem, por aqui não querem muitos filhos dos migrantes, não é?” Sua fala agiu como uma intervenção, perspicaz e política, de uma realidade coletiva em que, se por um lado o controle de natalidade também reflete em direito de escolha, por outro, o estado controla a natalidade como forma de regulação de quem pode ter acesso àquele Estado-nação e àqueles direitos.<sup>19</sup>

No Brasil esse controle, para as mães pretas e indígenas, funciona de outro modo: o estado “deixa nascer” para que os filhos morram sob criminalização e balas “perdidas”.<sup>20</sup> Aqui, sabemos, não há controle da natalidade e a educação sexual é cada vez mais perseguida. A saúde pública sobrevive morbidamente e a garantia de direitos reprodutivos depende de uma militância dentro e fora das instituições para assegurar que aconteça aquilo que está prescrito na lei, no papel (e não a perversão do direito). Como dito, o controle da natalidade é, na verdade, o controle sobre o litígio entre vida ou morte de crianças pretas e pobres ou indígenas, que lutam por sobrevivência. Enquanto que a

---

<sup>17</sup> N.A: O texto que escrevi em 2015 a partir daquela apresentação sai reescrito e com muitos adendos em 2026 “Falando sobre reprodução social desde uma perspectiva feminista” (Revista Poiesis, UFF, no prelo).

<sup>18</sup> N.A: Foi através de trocas com Julia Ruiz di Giovanni (amiga e antropóloga), no contexto de uma pesquisa coletiva, que me dei conta de que sim, era possível e necessário publicizar problemas circunscritos aos corpos e vidas das mulheres (e de nossas filhas, ou filhos), de onde surgiu “Infraestrutura”, um primeiro texto sobre cuidado e trabalho reprodutivo. O texto foi publicado em *Vocabulário político para processos estéticos* (Rio de Janeiro/Recife: Editora Aplicação, 2014).

<sup>19</sup> N.A: Uma nota importante sobre o avanço em alguns países da América Latina: Uruguai (2012) descriminalizou o aborto até a 12ª semana de gestação; Argentina (2020), lei que permite o aborto seguro e gratuito no país nas primeiras 14 semanas; Colômbia (2022) descriminalizou o aborto até a 24ª semana de gravidez; México (2023), descriminalizou e obrigou as instituições públicas de saúde a realizarem abortos (nas primeiras 12 semanas de gestação e em mais de 19 estados).

<sup>20</sup> N.A: Carla Akotirene cita Audre Lorde e Achille Mbembe para explicitar que as “mulheres negras temem enterrar seus filhos pela necropolítica”, Em: *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018. (p. 17).

“família” se institui como projeto de nação. Horripilante. Nessa realidade complexa e extremamente dura, o debate sobre a legalidade do aborto como direito de escolha, e a dor que uma mulher vive com a perda de um filho são silenciamentos perante a instituição moral da maternidade como curso natural da vida da mulher. Tristemente, na moralidade de vários discursos que objetificam a vida da mulher, a maternidade edifica-se como um bloco inquestionável. Há, por isso, talvez muito mais espaço social legitimado para se falar da maternidade, mesmo das suas dissidências, e muito menos para a possibilidade de escolha.

A noite que precisamos para lidar com o problema da reprodução é longa. Escrever nessa longa noite, que eu cavo debaixo das pálpebras que se fecham, é uma maneira de sustentá-la, enquanto outras mães, carinhando suas crias, se assolam nos cuidados, no conforto, ou descansam no cansaço, em seu trabalho radical que arruína a tensão do produtivo e do improdutivo – talvez como este texto. Os olhos estalados seguram uma solidão, que é de todas as mães. Noite e solidão que precisam ser defendidas, para que, no alongar das horas, se encontre tempo para tudo que precisa ser dito, sentido, politizado. Cavar essa noite para escrever sobre aborto deixa um monte de rascunhos incompletos, de imagens especuladas, de desvios.

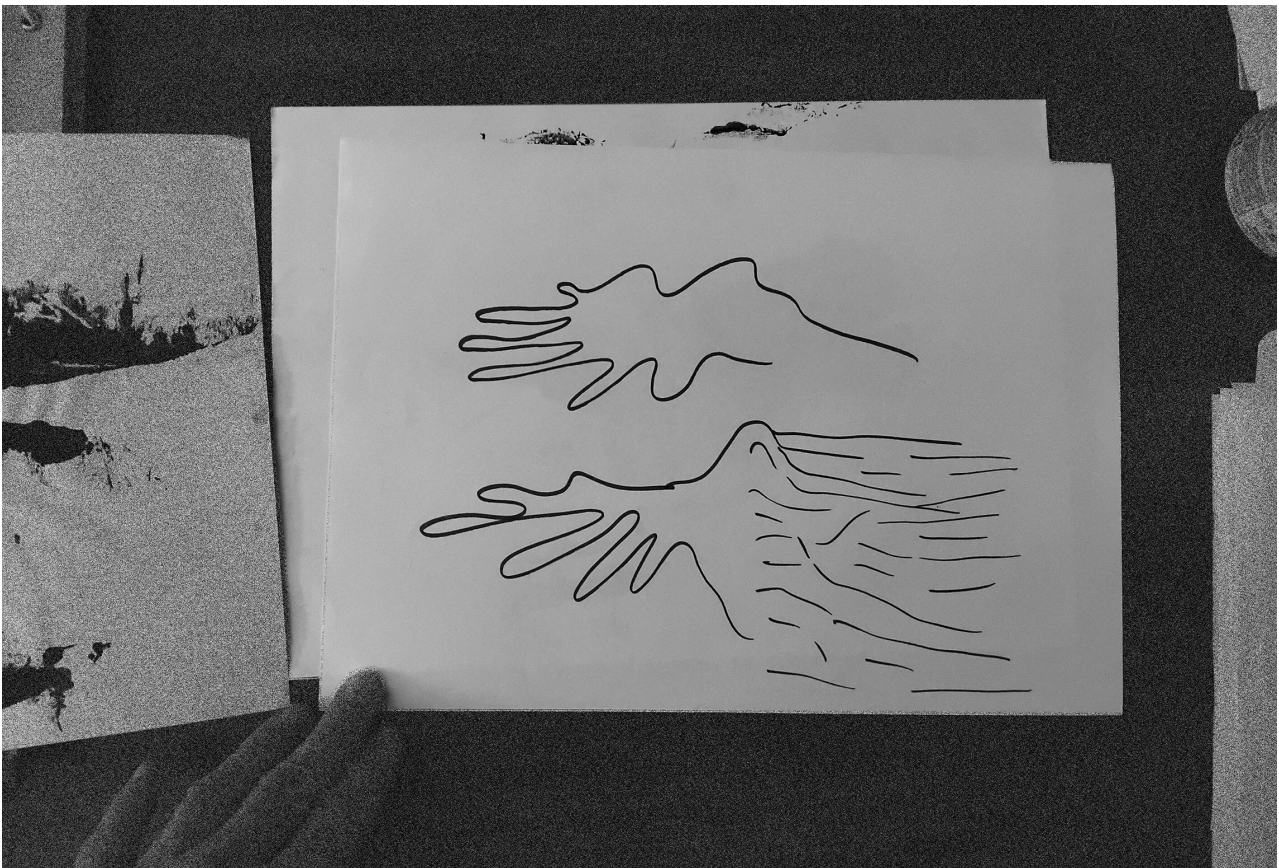


Figura 6. Sem título. Desenho e alteração digital de fotografia, 21cm x 29cm, Cristina Ribas, 2025-2026.  
Fonte: Acervo da autora.

## Um matagal de perguntas

*Vou atravessando essa noite, cheia de intensidades e conflitos. Eu queria subir montanha, minha metáfora para esperar o momento certo para ter crianças. Quando*

*minha filha tinha três anos ela me surpreendeu fazendo uma trilha na mata. Ela saltava raízes, ela me guiava.*

*Anos depois, a cabeça aos saltos, em meio às leituras feministas, me pergunto: quem se ocupa da reprodução dos sapos? Quantos girinos nascem na pequena lagoa? E quantos chegam à vida jovem, quantos vingam para a vida adulta? O litígio sobre a vida é um duelo. E, a mulher (ou a sapa), esse corpo-bicho plena de desejo que, eventualmente, vai passar na sua vida em algum momento pelo crivo da reprodução.*

*O filho do meu primeiro companheiro nasce dois anos depois no mesmo dia da minha filha, são constelações nas matas. Filhos nossos que nascem em outros lugares. Essa noite das mães também é como um matagal cheio de ruídos, de coaxados ou sons incompletos que ensejam mais perguntas.*

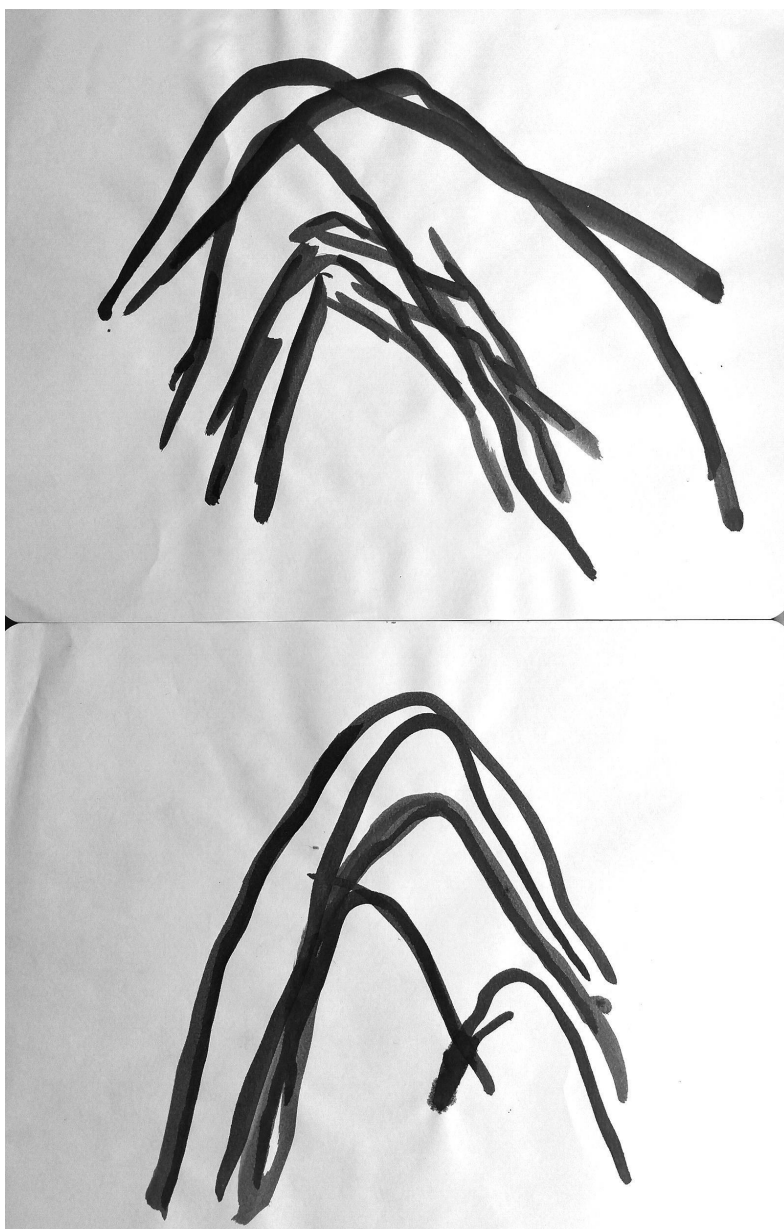


Figura 7. *Sobre-montanhas*. Desenho com tinta, 21 cm x 29 cm, Cristina Ribas, 2025. Fonte: Acervo da autora.

## Um sonho, acordada

*Uma sala de dança, uma sala com espelhos. Somos um grupo de 6 pessoas, alguns se conhecem, outros muito pouco. Somos iniciados num ritual, uma rosácea, deitados no chão, olhos fechados, mãos entrelaçadas.<sup>21</sup> A proposta desenha uma viagem intrasubjetiva, que atija nossas superfícies, nossas peles, nossas memórias. Depois de um tempo naquela flutuação doce, eles aparecem todos, mas eles não têm corpo, nem imagem. Os filhos não tidos. Minha mente viaja lá, naquele espaço cósmico da memória afetiva, e numa frase bem concreta sinaliza: eu os quero a todos [yo los quiero a todos].<sup>22</sup> O corpo enlanguesce, multiplica, intensifica essas sensações, entende o tempo e a presença. Meu corpo-mulher é corpo de memórias, acolhe a cena. E sorri.*

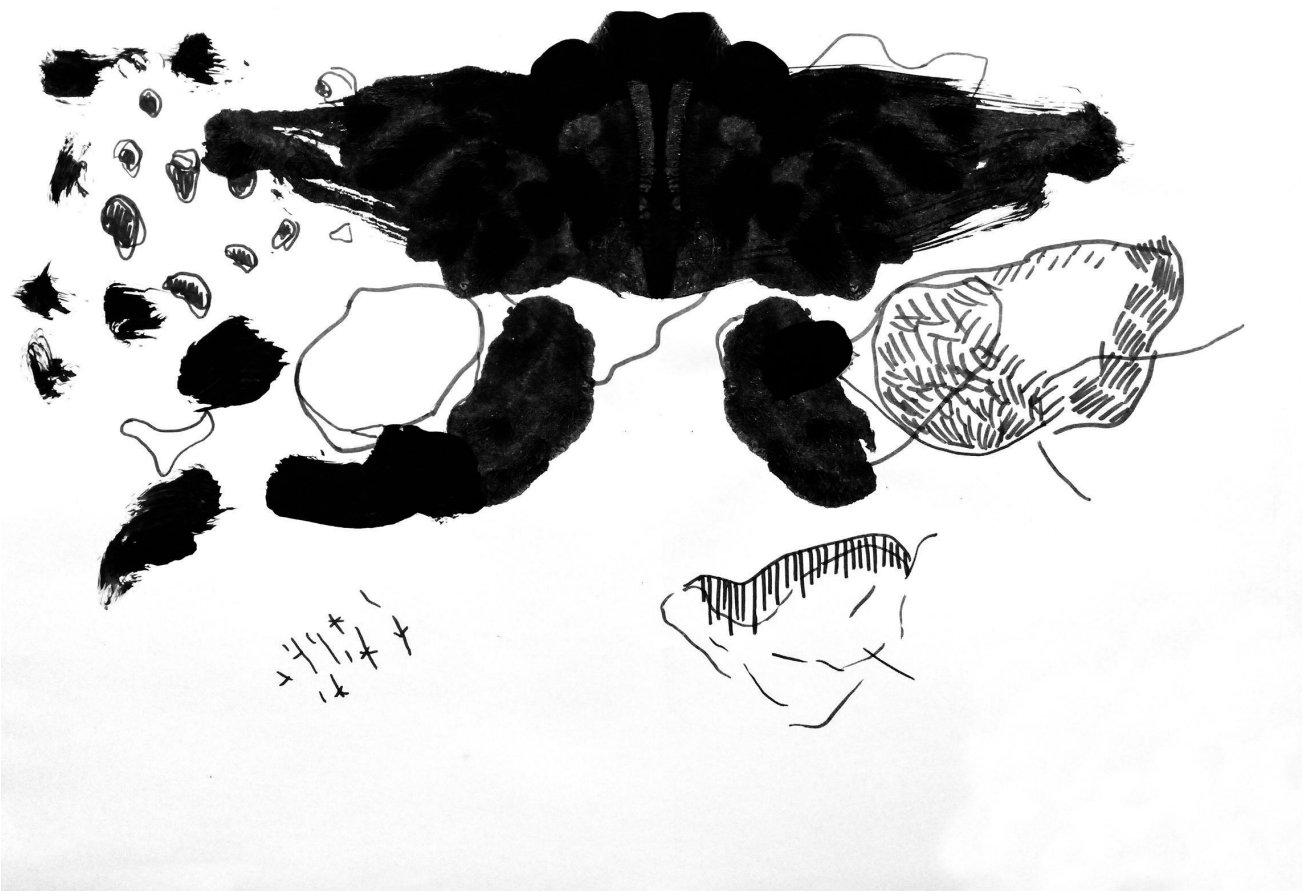


Figura 8. Sem título. Desenho e tinta, 21 x 29cm, Cristina Ribas, 2015-2026. Fonte: Acervo da autora.

<sup>21</sup> N.A: Experiência coletiva em uma “Rosácea”, conforme concebido por Lygia Clark, realizada por Ana Vitória Freire, no Instituto Nise da Silveira, em 2017. A Rosácea foi organizada dentro da programação do evento *Cuidado como método*, de curadoria de Jéssica Gogan e Izabela Pucu.

<sup>22</sup> N.A: Memórias afetivas vêm em diversas línguas, para mim. Nasci na fronteira com a Argentina, e trabalho e tenho amizades há muito tempo em inglês e em espanhol. São redes inconscientes de experiências. Algumas vezes me vêm em espanhol as memórias, neste dia foi assim.

## Uma noite que perdura

Uma brisa atravessa a rua, passando lá fora, um pedaço dela entra no quarto. A brisa sacode a cortina, atenta o desejo, alivia o impossível, rompe o naturalizado... a noite vai passando, a temperatura do quarto muda. Passam carros desenhando ruídos como se fossem ritmo de mar. Daqui não vejo o horizonte, mas percebo que um pouco de luminosidade começa a aparecer.<sup>23</sup>

Cultivar essa noite, em mim, comigo, nos corpos coletivos que habito já não é uma escuridão sem enunciados, mas sei que é uma noite cinzenta para muitas mulheres e mães que passam por experiências de abortamento ilegal sem qualquer apoio, sem qualquer conforto. Aborto e escrita suturam uma descontinuidade e colocam em evidência as redes de atenção que se inauguram e se seguram – percepção de si, cuidado, vulnerabilidade. Por isso essa noite precisa perdurar. Escrevo para transformar essa noite numa noite mais coletiva, de forma a seguir iluminando as constelações complexas e intensivas dos direitos reprodutivos, da educação sexual, e as linhas de separação que possam estar postas entre a maternidade e os abortamentos. Não tenho pressa. O ruído da cidade, as gotas da chuva, no sono consentido dos corpos que podem dormir, e daqueles que podem gozar, e daqueles que sonham, e compõe, pouco a pouco, silêncio e respiro, rompendo com o que se programa sobre nossas corpos. São também gemidos coletivos, desacelerações gentis contra os silenciamentos. Um escuro para abortar, e um escuro para sonhar, mais uma vez, as corpos que fazemos, e o futuro das nossas filhas.



Figura 9. Sem título. Desenho e tinta, 21 x 29cm, Cristina Ribas, 2022-2026. Fonte: Acervo da autora.

Cecília Cavaliere, Clarissa Pont e Paula Cobo-Guevara estiveram comigo nessa noite. Agradeço imensamente suas leituras e intervenções.

<sup>23</sup> N.A: Uma imagem persiste no meio dessa noite: mulheres jovens, *pibas*, bissexuais, transfeministas, trabalhadoras, tambores, luzes, mulheres de cabelo branco. Milhares celebrando em dezembro de 2020 a aprovação na Argentina da lei que legaliza o aborto até a 8ª semana de gestação.